

Total de medidas apresentadas pela CNI	39	100,0%
Medidas adotadas pelo Governo	21	53,9%
Medidas parcialmente adotadas pelo Governo	10	25,6%
Medidas não adotadas pelo Governo	8	20,5%

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Adiamento , por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais , incluindo as contribuições previdenciárias	Adotou Parcialmente	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 139, de 03/04/20, Resolução CGSN 154, de 03/04/20, e Portaria ME 150, de 7 de abril de 2020	Adiados Simples Nacional (federal, estadual e municipal) e FGTS, por 90 dias. PIS/Cofins, Contribuição Patronal Previdenciária sobre Folha de Pagamentos, CPRB e Funrural, por 60 dias. Isenção do IOF-Crédito por 90 dias (Decreto 10.305/20)
	2	Adiamento da entrega da declaração do IRPF	Adotou	IN RFB 1.930, de 01/04/20	
	3	Parcelamento do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado	Adotou Parcialmente	MP 927, de 22/03/20	Pagamento parcelado do FGTS
	4	Prorrogação , por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas	Adotou Parcialmente	Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e IN RFB 1932, de 03/04/20	Adiadas Defis (Simples Nacional), DASN-Simei (MEI), DCTF e EFD Contribuições

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	5	Dispensa de pagamento , por 90 dias, sem multa, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União	Adotou Parcialmente	Portaria 103 do ME, de 17/03/20, e Portaria PGFN 7.820, de 18/03/20	Suspende procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência e abre transação extraordinária com primeira parcela a ser paga em junho/20
	6	Redução temporária das tarifas de energia elétrica , através da redução de encargos setoriais e da utilização de bandeiras tarifárias mínimas	Não adotou		
	7	Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF	Adotou	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20 e Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	8	Criação de alternativas de julgamento das sessões do CARF por meio virtual	Não adotou		
	9	Suspensão , pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal	Adotou	Portaria ME 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuinte
	10	Suspensão dos prazos para resposta do contribuinte em razão do exercício de fiscalização	Adotou	Portaria RFB 543, de 20/03/20	Suspende prazos para realização de atos processuais no âmbito da RFB
POLÍTICA MONETÁRIA	11	Redução da Taxa SELIC na reunião do COPOM prevista para 18 de março de 2020	Adotou	Decisão do Copom, em 18/03/20	Redução foi de 0,5 p.p., com a Taxa fixada em 3,75% a.a.
	12	Redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e depósitos à vista	Adotou Parcialmente	Circular BCB 3.993, de 23/03/20	Redução apenas da alíquota do depósito compulsório a prazo, de 25% para 17%

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
FINANCIAMENTO	13	Facilitação , por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro , inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Resolução CODEFAT 850, de 18/03/20	
	14	Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras , com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	
	15	Fortalecimento do Cartão BNDES , com o retorno das operações via Banco do Brasil	Não adotou		

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
FINANCIAMENTO	16	Intensificação do uso das linhas de crédito do BNDES Finame Materiais (para insumos industriais) e BNDES Crédito Pequenas Empresas , com maior divulgação das linhas de crédito e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros	Adotou Parcialmente	Iniciativa do BNDES	Ampliação da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas em R\$ 5 bilhões para financiar capital de giro
	17	Regulamentação da Lei Complementar nº 169/2019 , publicada em 2/12/2019, que alterou a Lei do Simples Nacional para autorizar a constituição das Sociedades de Garantia Solidária (SGS)	Não adotou		
	18	Regulamentação do sistema nacional de garantias	Não adotou		
	19	Ofertar, por meio de bancos públicos, hedge cambial com condições melhores que as do mercado, para reduzir os impactos da desvalorização cambial	Adotou Parcialmente	MP 930, de 30/03/20	Estabelece condições tributárias favoráveis ao hedge cambial

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	20	Ajustes, por parte da ANVISA , nas normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e outros insumos	Adotou	RDC Anvisa 348, de 17/03/20	
	21	Liberar o Preço de Fábrica dos medicamentos , com inovações incrementais dos critérios definidos pela Resolução nº 02/2004, nos termos do art. 6º, inciso IV da Lei nº 10.742/2003	Não adotou		
	22	Prorrogação automática, por 90 dias, de Certidão Negativa de Débito (CND) com vencimento durante o período de vigência das medidas contra a crise	Adotou	MP 927, de 22/03/20, e Portaria Conjunta 555 RFB/PGFN, de 23/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	23	Prorrogação automática , por 90 dias, de licenças obrigatórias e certidões (ambientais, sanitárias, trabalhistas etc.)	Adotou parcialmente	Portaria MMA/ICMBio 226, de 21/03/20, Portaria MMA/Ibama 826, de 21/03/2020, e Portaria INMETRO 101, de 20/03/20	Suspensão dos prazos processuais, na área ambiental, por tempo indeterminado e prorrogação dos prazos de validade dos certificados de verificação
	24	Suspensão temporária da cobrança de taxas junto às agências reguladoras federais (ANVISA, ANAC, ANA etc)	Adotou parcialmente	Resolução ANA 18, de 15/04/20	Adiamento, por quatro meses, da cobrança pelo uso da água e pagamento parcelado
TRABALHISTA	25	Redução de jornada de trabalho e salário	Adotou	MP 936, de 01/04/20	
	26	Ampliação do banco de horas	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	27	Redução de exigências para o teletrabalho	Adotou	MP 927, de 22/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	28	Permissão de turnos mistos alternados entre teletrabalho e trabalho presencial na realização de uma mesma atividade	Não adotou		
	29	Permissão expressa de alteração de horários de trabalho	Não adotou		
	30	Reativação do Programa Seguro-Emprego (PSE)	Adotou	MP 936, de 01/04/20	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
	31	Custeio , pela Previdência Social, do salário dos empregados afastados devido ao coronavírus , em especial para os das micro e pequenas empresas	Adotou	Lei 13.982, de 02/04/20	As empresas poderão deduzir os valores pagos nas Contribuições à Previdência Social, limitado ao teto do INSS
	32	Permissão de compensação de dias não trabalhados do período de férias e outras alterações	Adotou	MP 927, de 22/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	33	Não aplicação de multas por medidas adotadas pela empresa em função do enfrentamento da atual crise	Adotou parcialmente	MP 927, de 22/03/20	Convalida ações das empresas, desde que atendam as regras previstas na MP 927, e adoção de fiscalização orientadora
	34	Ampliação do Lay-Off	Adotou	MP 936, de 01/04/20	
	35	Suspensão dos registros administrativos	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	36	Ampliação do prazo para a realização de exames ocupacionais	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	37	Suspensão dos prazos de contestação e de recursos administrativos	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	38	Exclusão expressa no texto de lei da doença do Covid-19 como doença relacionada ao trabalho	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	39	Extensão emergencial do critério de dupla visita	Adotou	MP 927, de 22/03/20	